



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2008

Estabelece diretrizes e critérios para o arbitramento previsto no inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

**Versão 2 final – 29-30/04/2008**

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**, no uso de suas competências conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e 9.984, de 17 de julho de 2000, bem como pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando que compete ao CNRH arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme estabelecido no inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997; e

Considerando a necessidade de integração de informações sobre conflitos entre as instâncias de gestão do SINGREH, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes e critérios para o arbitramento, pelo CNRH, de conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme inciso II do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 2º Na hipótese da ocorrência de decisões conflitantes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos relativamente a um mesmo assunto, qualquer um dos Conselhos envolvidos poderá solicitar o arbitramento do CNRH sobre esse conflito.

Parágrafo único. O arbitramento do CNRH relativamente ao conflito suscitado se constitui decisão terminativa sobre o assunto, devendo ser acatado pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos envolvidos.

Art. 3º A solicitação de arbitramento de que trata o art. 2º desta Resolução deverá ser protocolizada na Secretaria Executiva do CNRH pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos interessado, devidamente fundamentada e assinada por seu Presidente, e ser instruída, no mínimo, com as seguintes informações e documentos:

- I- indicação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que proferiu a decisão considerada conflitante com a sua;
- II- descrição dos fatos e fundamentos objeto das decisões conflitantes;
- III- apresentação de cópia das decisões consideradas conflitantes;
- IV- apresentação de cópia do processo administrativo que originou a sua decisão, contendo todos os documentos necessários para a análise e arbitramento solicitados.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

§1º Na hipótese de descumprimento, total ou parcial, dos requisitos previstos no *caput* deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH, mediante despacho fundamentado, comunicará ao requerente para a complementação da documentação no prazo de trinta dias.

§2º Na hipótese de não atendimento do disposto no art. 1º deste artigo, a Secretaria Executiva do CNRH, mediante despacho fundamentado, arquivará a solicitação de arbitramento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, comunicando o requerente dessa decisão.

Art. 4º Após a protocolização a que se refere o art. 3º desta Resolução, e preenchidos os requisitos previstos naquele dispositivo, a Secretaria Executiva do CNRH comunicará o Conselho Estadual de Recursos Hídricos cuja decisão está sendo contestada acerca do arbitramento solicitado.

§1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser instruída com cópia da documentação apresentada e estabelecer o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que o respectivo Conselho se manifeste sobre o conflito suscitado.

§2º A manifestação de que trata o §1º deste artigo deverá ser apresentada por escrito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no prazo referido, devidamente assinada pelo Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e ser instruída com a documentação descrita nos incisos III e IV do *caput* do art. 3º desta Resolução.

§3º O processo deverá estar disponível no SNIRH, sem prejuízo de outras formas de divulgação.

Art. 5º Após o recebimento da manifestação prevista nos §§ 1º e 2º do art. 4º desta Resolução, ou após transcorrido o prazo sem a sua apresentação, a Secretaria Executiva do CNRH deverá encaminhar a solicitação de arbitramento para a câmara técnica competente.

§1º Após cumprido o disposto no *caput* art. 5º desta Resolução, com a emissão do parecer pela câmara técnica competente, o processo será enviado para apreciação pela CTIL, que analisará os aspectos legais e institucionais do conflito suscitado e emitirá parecer para subsidiar a decisão do Plenário do CNRH.

§2º A câmara técnica competente e a CTIL terão, cada uma, o prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da solicitação para análise do processo, para emitir seus respectivos pareceres.

Art. 6º Com base nos pareceres da câmara técnica competente e da CTIL, bem como nas manifestações apresentadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos envolvidos, o Plenário do CNRH arbitrará o conflito suscitado, através de Resolução específica, indicando, quando for o caso, medidas e condições a serem observadas pelos Conselhos interessados.

Art. 7º No processo de análise e discussão do conflito suscitado, no âmbito das Câmaras Técnicas e do Plenário do CNRH, será garantido o direito de manifestação aos representantes legais dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos interessados.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Análise de Projeto

---

**MARINA SILVA**  
**Presidente**

**LUCIANO ZICA**  
**Secretário Executivo**